



Companhia
Vale do Rio Doce

Rio de Janeiro,
8 de Julho de 1985

Aos

Senhores Antropólogos;

É com imenso prazer que retomamos o contacto com V.Sa, contacto este acrescido de novos antrópologos, como Maria Lucia, Lucia Andrade e José Luis e médico Fernando durante o período de nossa ausência do Convênio.

A intenção da CVRD é retomar o assunto na medida em que estando em formação a nova área ambiental da CVRD, para sua política geral na materia, achou-se por bem correlacionar todas as atividades na área de ecologia humana a este organismo hoje em criação. Assim sendo é com satisfação que fazemos chegar as suas mãos o Sumário de Ações do assunto citado referente ao 1º semestre 1985. Convidamos ainda V.Sa a participar de reunião conjunta de antropólogos e CVRD a realizar-se em S.Paulo, próximo dia 15 de Julho de 1985 às 9:00 horas, nos escritórios da CVRD em S.Paulo.

Atenciosamente,


Maria de Lourdes Davies de Freitas



CONVÊNIO CVRD / FUNAI 059/82

RELATÓRIO DE ANDAMENTO 1º SEMESTRE/85

Encaminhamos através deste, o relatório de viagem de Antonio Carlos Magalhães e a política indigenista para a 6ª DR (São Luís-Maranhão) completando a divulgação para os assessores dos relatórios de todas as áreas abrangidas.

Com referência a correspondência DENUK-EXT-054/84 de 20 de dezembro de 1984, atualizamos e destacamos os seguintes pontos:

No item 1 - TERRAS

Foram assinados os Decretos nº 90.960 em 14/02/85 - homologação da área Apinajê e o de nº 91.028 - homologação da área Parakanã.

Na área Apinajê, a solução de área apresentada não atendeu aos interesses dos Índios no limite sul, conforme ressaltado no Relatório de Maria Elisa Ladeira. O DPI da FUNAI convocou um grupo formado pela FUNAI, MIRADE e com a participação da Maria Elisa no intuito de tentar negociar a troca das terras junto ao limite norte que são de pouco interesse dos Apinajê por terras próximas ao limite sul onde existem roças.

Alterações nos quadros jurídicos da FUNAI em São Luís e Belém já trouxeram alguns resultados positivos: Na área Krikati foi suspensa a demarcação jurídica da área, e em Belém o cargo jurídico da FUNAI continua vago mas a expectativa é que assim que ocupado, o ritmo do acompanhamento do caso Gra Reata no Cateté se acelere.

A FUNAI informou na carta nº 119/PRES. de 12/02/85 (anexo I) a situação e pendências das outras áreas que continuam:



- Demarcação Krikati
- Solução jurídica sobre a fazenda Grã-Reata no Cateté
- Retirada do assentamento Flexeiras do GETAT na Reserva Mãe Maria (o chefe da Ajudância de Marabá encaminhou ofício ao GETAT, sobre o assunto)
- Definição sobre ampliação dos limites da Reserva Sororó.
- Demarcação da A.I. Geralda e Toco Preto
- Registro no SPU das áreas indígenas
Maranhão: Araribóia
Canabra e Guajajara
Lagoa Comprida
Porquinhos
Urucu Juruá.

Pará : Bacajá

- Interdição de área para índios da Frente de Atração Parakanã do Bom Jardim e Guajã junto a Reserva Florestal do Gurupi.
- Verificação dos limites das áreas Araribóia e Governador.
- Verificar a necessidade de aviventação em todas as áreas.

SAÚDE

Recente encontro entre o consultor João Paulo Botelho com o Departamento de Saúde da FUNAI em Brasília acentuou a morosidade do órgão tutelar em elaborar programações viáveis, controlar as EVS's ou efetuar contatos com laboratórios na compra de medicamentos.



As EVS's que atuam no convênio continuam trabalhando independentes de Brasília. A EVS de Araguaiana necessita de melhores condições de trabalho. A casa do índio atual é mal localizada, situa-se em local de poeira e pouco terreno livre. Está em andamento a aquisição de uma casa com área livre disponível próxima ao Rio Lontra e afastada da cidade. (proposta semelhante à Casa do Índio Marabá e a pretendida pela 6ª DR em São Luís).

A EVS de Marabá vem funcionando razoavelmente e irá ampliar suas atividades para o PI Bacajá e PI Trocará.

As 2 EVS's de São Luís, (uma é mantida pelo convênio) não atendem bem a região. Além da simplificação das equipes, a 6ª DR pretende descentralizar o atendimento em cidades mais próximas às áreas, evitando assim, o fluxo constante e grande de índios para São Luís, sobrecarregando a Casa do Índio, além de desfaltar as aldeias por tempo muitas vezes demorado, de seus elementos com as famílias.

EDUCAÇÃO

Aguardamos comentários dos senhores antropólogos no próximo encontro sobre o Programa de Educação encaminhado como anexo do Relatório de Maria Elisa Ladeira.

O Curso de Indigenismo se desenvolveu bem (ver programa anexo II) e aguardamos com grande otimismo o período de estágio nas áreas. Convém ressaltar que o aproveitamento de pessoal se dará não só para Chefe de Posto como também para profissionais nas áreas de Coordenação de Projetos, Educação, Saúde e etc.

Continuamos aguardando comentários e contribuições atualizadas sobre a minuta de documento explicativo do convênio enviada na correspondência DENUK-EXT.-050/84 de 01 de novembro de 1984.

PROGRAMAÇÃO 1985

Segue no anexo III a programação prevista e realizada para execução até junho de 1985, constando na sua maioria itens de manutenção dos postos e término de obras iniciadas em 1984. O total aprovado até junho de 84 é de US\$ 2.119,350,00 e o já executado até maio soma US\$ 1.312,499.06.

A programação para o 2º semestre está sendo elaborada pela FUNAI após ter recebido todos os relatórios de campo e será analisada pela CVRD e equipe de consultores, que desta receberão cópia antes da aprovação final.

Informamos que o anteriormente previsto pela CVRD para liberações com convênio em 1985, indicado em reunião com a FUNAI em novembro/84, totalizava US\$ 3.500.00.00.

Cabem aqui as seguintes observações:

Após análise do Demonstrativo de Recursos por Fonte para a FUNAI, verifica-se que a verba do convênio CVRD/FUNAI representa 32% da verba total FUNAI para assistência às comunidades. O convênio atende atualmente (com ampliação) a aproximadamente 6,5% da população indígena brasileira. Isto no mínimo indica a desproporção de recursos para atendimento as comunidades indígenas por parte do órgão tutelar, gerando solicitações das áreas não atendidas (igualmente ou mais carentes) para usufruir dos recursos do convênio de diversas maneiras: equipamentos, remédios e etc..

A intenção para o 2º semestre e próximos anos é:

- A- Acompanhar os movimentos para alteração do órgão tutelar na Nova República.
- B- Tentar reduzir o volume de verba prevista, elaborando programas proporcionais à capacidade de produção das comunidades e de acordo com seus interesses.

Acompanhamento detalhado dos processos de execução, evitando desperdícios e o alto custo indireto de alguns projetos.

Ex.1 Os medicamentos adquiridos pela CVRD chegando aos Postos sem, paralelamente, ter havido treinamento adequado para o pessoal da área de saúde. Somando-se a isto a falta de alimentação básica em alguns postos, levando a um uso excessivo de remédios.

Ex.2 Edificações em processo construtivo inadequado (enfermaria do Cateté de alvenaria, acarretando: presença de não índios no Posto, transporte de cimento via helicóptero, duração excessiva da obra, equipamentos e móveis não utilizáveis pelos índios e etc... Algumas obras no Maranhão, como a escola no PI Canindé, também são inadequadas.

B.1 - Tendências de redução no histórico das liberações de verba para o convênio.

B.1.1- Previsão de gastos conforme Programação 82 e 86

1º ano 82	US\$	4.178,600.00	(5 meses)
2º ano 83	US\$	5.065,100.00	(12 meses)
3º ano 84	US\$	1.660,600.00	(12 meses)
4º ano 85	US\$	1.375,500.00	(12 meses)
5º ano 86	US\$	1.315,600.00	(12 meses)
TOTAL	-	US\$ 13.595,400.00	

B.1.2 EXECUTADOS

1º ano 82 US\$ 1.131,266.00	AGO/SET	590,633.4 /mês
2º ano 83 US\$ 1.261,108.54	OUT/NOV/DEZ	420,369.5 /mês
3º ano 84 US\$ 2.540,983.10	JAN/DEZ	211,748.59/mês
4º ano 85 US\$ 1.312,499.06	JAN/MAIO	262,499.80/mês

Obs.: 1)

Observando-se que apenas no ano 1985 foram efetuados gastos para DEMARCAÇÃO E INDENIZAÇÕES num total de US\$ 496,858.59, substituindo-se este valor total gasto até MAIO teríamos US\$ 815,640.50 que após dividirmos por 5 meses para efeito de comparação com os demais meses ficaria um gasto de US\$ 163.128,10/mês, já apresentando uma redução. Valor este que, com planejamento e pessoal de campo integrado com os objetivos do convênio, pode se reduzir bem mais.

Obs: 2)

Total gasto até maio/85 = US\$ 6.245,856.66 que corresponde a ~~47,4~~ ^(Ver quanto) % do total.

SALDO - US\$7.354,144.00

Com base nos relatórios de campo, tendências atuais do órgão e os dados acima, convocamos a equipe de consultores para discussão dos assuntos abaixo enumerados no próximo encontro dia 15 de Junho no Escritório CVRD em São Paulo.

1) Avaliação dos avanços e conclusões dos itens da pauta de reunião de 26 de Novembro de 1984 (anexo IV).

- No item aumento da abrangência do convênio, pretendemos incluir, após solicitação da antropóloga Virginia Valadão ao Banco Mundial, CVRD e FUNAI, a área indígena Guamã dos Índios Tembê e vizinha à Alto Turiaçu.

O atendimento se dará inicialmente na REGULARIZAÇÃO DE TERRAS, evitando maiores expectativas, por ora.

- Com relação aos aspectos sociais e faixa de vizinhança a CVRD iniciou algumas providências como o trabalho de impacto social do Projeto Ferro Carajás que está em andamento incluindo as comunidades indígenas.



2) Revisão dos objetivos máximos do convênio após análise dos recentes acontecimentos:

2.1 - Conflito interno na área Governador deixando bastante ferido o líder dos jovens José Aaruy e o índio Chico Timbira (oriundo de Pindaré).

(Contamos com a exposição dos fatos e conseqüências por Mara Lucia Lux).

2.2 - Confronto armado na delegacia da cidade de Tocantinópolis entre policiais e índios com a morte do índio Valdemar (25 anos) e ferimentos em 3 outros. O conselho indígena da ajudância de Araguaína marcou audiência sobre o assunto com o Ministro da Justiça Fernando Lyra dia 5 de Julho, sexta-feira passada. (Aguardamos maiores detalhes dos acontecimentos acima e da reunião com o Mirade em Brasília de Maria Eliza Ladeira).

2.3 - Instabilidade na aldeia Trocarã (recém incluída no convênio) por razões diversas como o não atendimento dos itens previstos na programação 85. A conclusão de reuniões anteriores de que a expectativa gerada pelo convênio e não cumprimento dos itens programados é o impacto mais sentido do Projeto Ferro Carajás nas comunidades, aí se fez sentir. (Lúcia Andrade poderá trazer mais dados)

2.4 - Situação atual das áreas Guajajara como:

- A tentação da venda da Madeira;
 - Notícias de reforma Agrária na região.
- (Mércio Gomes atualizará os fatos)

2.5 - Relato de outros assuntos importantes nas demais áreas poderão ser feitos pelos demais consultores.



3 - Como agir em relação ao convênio?

Revisar os parâmetros básicos do convênio inicial como:

3.1 - O aumento da abrangência.

3.2 - Redistribuição do saldo (ver ítem B.1.2) de aproximadamente US\$ 7.300,000.00 pelas áreas após a análise detalhada dos diversos aspectos conforme previsto (e ainda não executado) na reunião de Novembro de 1984 (ver anexo V).

3.3 - Cláusulas referentes à manutenção FUNAI e indenizações.

4 - Continuar atuação das áreas prioritárias: TERRAS E SAÚDE.

5 - Projeto Educação - prioridade de 1985:

Executar um cronograma de ação específico para cada área.

6 - Avaliação completa da equipe de campo FUNAI (tanto dos 102 contratados quanto com os demais), contando com o aproveitamento de elementos do curso de INDIGENISMO.

7 - Elaboração de documento que pertenceria e permaneceria no Posto Indígena chamado PROGRAMA DE AÇÃO com itens a serem executados com recursos do convênio, previamente discutido com as comunidades, e que ficaria como um plano de trabalho independente do rodízio tão frequente de pessoal nas áreas. Ex.: Programa agrícola e pastoril da 6ª DR.

8 - Renovação dos Contratos de consultoria antropológica.

9 - Como trabalhar com a FUNAI de hoje?